
ATO NORMATIVO 0001076-69.2012.2.00.0000

Requerente: Conselho Nacional de Justiça

Requerido: Conselho Nacional de Justiça

VOTO

Conforme registrado no Relatório, trata-se de proposta de alteração do parágrafo único do art. 2º da Resolução – CNJ nº 71/2009, para instituir a vedação da divulgação antecipada dos nomes dos juízes plantonistas.

A sugestão da mencionada modificação chegou até mim por intermédio do ilustre doutrinador e eminente Desembargador **Alexandre Freitas Câmara**, que, após desenvolver extenso e elaborado estudo acerca do tema, chegou à conclusão de que a divulgação antecipada do nome dos magistrados selecionados para responder pelo serviço de plantão judicial, além de ferir os princípios do juiz natural e da impessoalidade, em nada contribui com o bom andamento dos feitos, a imparcialidade e a lisura da prestação jurisdicional.

Da doutrina constitucionalista clássica à contemporânea, o princípio do juiz natural^[1] tem sido apontado como elemento indispensável ao regular processamento dos feitos.

Em moderna obra a respeito do tema, o princípio é definido nos seguintes termos:

“Entende-se que o juiz natural é aquele regular e legitimamente investido de poderes da jurisdição, dotado de todas as garantias inerentes ao exercício de seu cargo (vitaliciedade, inamovibilidade, irredutibilidade de vencimentos – CF, art. 95, I, II, III), que decide segundo regras de competência fixadas com base em critérios gerais vigentes ao tempo do fato.

Na lição de Jorge de Figueiredo Dias, a ideia de juiz natural assenta-se em três postulados básicos:

- ‘(a) somente são órgãos jurisdicionais os instituídos pela Constituição;*
- (b) ninguém pode ser julgado por órgão constituído após a ocorrência do fato;*
- (c) entre os juízes pré-constituídos vigora uma ordem taxativa de competência que exclui qualquer alternativa deferida à discricionariedade de quem quer que seja’.*

A garantia do juiz natural não se limita ao processo penal e revela-se, por isso, abrangente de toda atividade jurisdicional. É certo, por outro lado, que tal garantia não impede as substituições previstas em lei, os desaforamentos, a prorrogação de competência devidamente contempladas na legislação”. [2]

Konrad Essen, ao tratar do tema, já nos ensinava que:

“À garantia, que jurisdição destina-se exclusivamente à conservação do direito

serve, ademais, a proibição de tribunais de exceção e a garantia do juiz legal pelo artigo 101, alínea 1, da Lei Fundamental. O corpo sentenciador e os juízes que têm de decidir em um assunto jurídico devem, de antemão, ser determinados tão univocamente quanto possível por lei e plano de distribuição de assuntos; um tribunal não pode primeiro ser formado em atenção a um ou vários casos concretos – isso seria um tribunal de exceção inadmissível – e a composição do tribunal não pode ser modificada em atenção a um ou vários casos concretos – isso seria uma subtração do juiz legal. Deve ser, desse modo, evitado o perigo que a jurisdição, por uma manipulação de seus órgãos, seja exposta a influências não apropriadas e que em cada caso particular, pela seleção do juiz chamado para a decisão, a decisão mesma seja influenciada, indiferente de quem a manipulação parte”.^[3]

Colacionando excertos de outras obras de brilhantes doutrinadores a respeito do tema, o e. professor defende que um dos elementos integrantes do princípio constitucional do juiz natural é o “princípio da proibição da escolha do juiz”^[4], como forma de impedir a manipulação (por quem quer que seja) da escolha do juiz que vai, de alguma maneira, proferir uma decisão em causa submetida ao Poder Judiciário.

Justamente para dar concretude a esse princípio, se estabeleceu que, onde há mais de um juiz com a mesma competência, há necessidade de distribuição prévia, a fim de se determinar a qual deles incumbirá conduzir e decidir a causa.

Como se afirmou em respeitável sede doutrinária, “a necessidade de distribuição dos processos é uma concretização do direito fundamental ao juízo natural (art. 5º, XXXVII e LIII, CRFB) e do direito fundamental à paridade de armas no processo civil (art. 5º, I, CRFB)”.^[5]

Excepcionando os casos de urgência, nos quais não é legítimo exigir do jurisdicionado que espere pela reabertura do expediente forense para que se proceda à distribuição dos feitos (o que, em algumas ocasiões, pode demorar vários dias, bastando pensar nos períodos de Carnaval e de outros feriados prolongados), a própria Constituição da República previu a existência de um regime de Plantão Judiciário permanente (art. 93, XII), no qual exista um magistrado disponível para examinar as postulações e decidi-las.

Embora absolutamente de acordo com a iniciativa desta Casa de regular o exercício do Plantão Judiciário por meio da Resolução nº 71, de 31 de março de 2009, insurge-se o culto doutrinador contra a expressa determinação de divulgação do nome do magistrado plantonista, contida no parágrafo único de seu art. 2º.

De fato, tal disposição vai de encontro a tudo o que norteia o próprio princípio do juiz natural, pois permite a manipulação, pelas partes, na escolha do juiz que apreciará o requerimento de urgência formulado no Plantão Judiciário.

Valendo-se da diferença natural e salutar de posicionamentos que existe entre os diferentes magistrados, os jurisdicionados podem, com base no espaço aberto por essa determinação, escolher o dia em que apresentarão suas postulações “urgentes”, o que viola de modo insofismável o modelo constitucional do processo, que não se compatibiliza com “qualquer alternativa deferida à discricionariedade de quem quer que seja”.^[6]

Ora, a toda sorte, a necessária impessoalidade no exercício da jurisdição, essencial para o respeito à isonomia e à paridade de armas no processo, faz com que se tenha por indiferente ser este ou aquele o magistrado plantonista, não havendo, portanto, qualquer razão para que se criem mecanismos que permitam a manipulação, pela parte interessada, na escolha do juiz que vai proferir a decisão.

Assim, por reputar extremamente relevantes os argumentos expedidos pelo ilustre Desembargador, e convencido de que tal sugestão contribuirá de modo substancial com a melhoria da justiça e da prestação jurisdicional impessoal e imparcial, proponho a adequação da referida Resolução nº 71/2009, para

que o nome dos magistrados que atuarão no plantão judicial deixe de constar na divulgação prévia do serviço.

Na esteira desse raciocínio e com base nesses mesmos fundamentos, sugiro ainda a alteração da redação do artigo 1º da mencionada Resolução, nos moldes em que propostos no Relatório apresentado, apenas para reforçar que a escala de plantão deve contemplar **todos** os magistrados de primeiro e segundo graus de jurisdição, ressalvados os que estejam temporariamente ocupando cargos de direção nos Tribunais a que pertençam.

Com a medida se evita o chamado "grupo de juízes e desembargadores especializados", prática curiosa que tem ocorrido em alguns Tribunais brasileiros, na qual somente determinados juízes e desembargadores pré-definidos - segundo critérios variados (e altamente discutíveis) estabelecidos aleatoriamente por cada Tribunal – podem ser escalados para atuar no plantão judicial.

Tal fato, além de contrariar a indispensável isonomia que deve existir entre os membros do judiciário, é absolutamente contrário ao escopo da Resolução nº 71/2009. Isso sem mencionar que reduz sobremaneira a rotatividade dos magistrados participantes do regime de plantão, tornando a escala previsível e seus integrantes previamente conhecidos, o que, em última análise, também resulta em malferimento dos princípios da impessoalidade e do juiz natural.

Com essas considerações, senhor Presidente, senhora Corregedora Nacional e senhores Conselheiros, voto pela **APROVAÇÃO** da presente alteração da Resolução nº 71/2009, na forma do anexo a este voto.

É como voto.

[1] Sobre a inclusão do princípio do juiz natural entre os princípios constitucionais do processo brasileiro é desnecessário alongar citações. Seja permitido, por todos, fazer referência ao que vai dito em Alexandre Freitas Câmara, *Lições de direito processual civil*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 21ª ed., 2011, p. 45.

[2] Gilmar Ferreira Mendes, Inocêncio Mártires Coelho e Paulo Gustavo Gonet Branco, *Curso de direito constitucional*. São Paulo: Saraiva, 2007, p. 545.

[3] Konrad Hesse, *Elementos de direito constitucional da República Federal da Alemanha*. Trad. bras. de Luís Afonso Heck. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1998, p. 417. Vale registrar, aqui, que a doutrina alemã chama de "juiz legal" o que, no Brasil, se costuma chamar de "juiz natural".

[4] Nelson Nery Júnior, *Princípios do processo na Constituição Federal*. São Paulo: RT, 9ª ed., 2009, p. 136.

[5] Luiz Guilherme Marinoni e Daniel Mitidiero, *Código de Processo Civil comentado artigo por artigo*. São Paulo: RT, 2008, p. 243.

[6] Vide nota de rodapé nº 2, *supra*.

ANEXO

RESOLUÇÃO Nº , de maio de 2012

Dispõe sobre alteração da Resolução nº 71/2009, que dispõe sobre o Plantão Judiciário, para excepcionar a divulgação antecipada do nome dos Juízes plantonistas.

O CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, no exercício das atribuições conferidas pelo artigo 103-B, parágrafo 4º, da Constituição Federal, e pelo artigo 4º do seu Regimento Interno;

CONSIDERANDO o princípio constitucional do juiz natural e o modelo constitucional do processo brasileiro, que vedam a escolha antecipada de magistrados, a proibição de tribunais de exceção e a garantia do juiz legal;

CONSIDERANDO que a Resolução nº 71, de 31 de março de 2009, editada por Egrégio Conselho Nacional de Justiça para regular o exercício do Plantão Judiciário prevê, em seu art. 2º, parágrafo único, a divulgação do nome dos juízes de plantão com antecedência razoável no site eletrônico e na imprensa;

CONSIDERANDO que a divulgação antecipada do nome do juiz plantonista possibilita a manipulação, pela parte, na escolha do juiz que apreciará o requerimento de urgência formulado no Plantão Judiciário;

CONSIDERANDO a necessária impessoalidade no exercício da jurisdição, essencial para o respeito à isonomia e à paridade de armas no processo, faz com que se tenha por indiferente ser este ou aquele o magistrado plantonista. Assim, não há qualquer razão para que se criem mecanismos que permitam a manipulação, pela parte interessada, na escolha do juiz que vai proferir a decisão

CONSIDERANDO a responsabilidade do Conselho Nacional de Justiça pelo bom funcionamento do Poder Judiciário, prevista no § 4º do art. 103-B da Constituição;

CONSIDERANDO a competência do Conselho Nacional de Justiça de zelar pelo cumprimento do Estatuto da Magistratura e de recomendar as providências para tanto necessárias, conforme dispõe o art. 19, I do Regimento Interno:

RESOLVE:

Art. 1º. A Resolução nº 71/2009 passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1º. O Plantão Judiciário, que será realizado em regime de alternância entre todos os membros do primeiro e do segundo graus de jurisdição, salvo os ocupantes de cargos de direção no respectivo Tribunal, destina-se exclusivamente ao exame das seguintes matérias:

.....”

“Art. 2º.”

“Parágrafo único - A divulgação dos endereços e telefones do serviço de plantão será realizada com antecedência razoável pelo site eletrônico do órgão judiciário respectivo e pela imprensa oficial no expediente forense, devendo o nome dos respectivos plantonistas ser divulgado apenas 05 (cinco) dias antes da data prevista para o plantão.”

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.


Brasília, de de 2012

Ministro Cezar Peluso
Presidente

BRUNO DANTAS
Conselheiro

Esse Documento foi Assinado Eletronicamente por BRUNO DANTAS em 29 de Março de 2012 às 02:37:20

O Original deste Documento pode ser consultado no site do E-CNJ. Hash: b5b1e5a7b916f93d61762636a9b8bc46

 Assinado eletronicamente por: **Processo Judicial Eletronico PJe 1.4.3**

29/03/2014 00:00:00

Processo Judicial Eletronico PJe 1.4.3

29/03/2014 00:00:00

Processo Judicial Eletronico PJe 1.4.3

30/03/2014 00:00:00

Processo Judicial Eletronico PJe 1.4.3

30/03/2014 00:00:00

<https://www.cnj.jus.br:443/pjecnj/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

ID do documento: **1177798**



12052216435200000000001177090